

## A GEOGRAFIA NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Maria Polyana Pereira Barbosa <sup>1</sup>  
Emanuel de Carvalho Rodrigues <sup>2</sup>  
Paula Tatiana Pereira Barbosa <sup>3</sup>  
Mônica Cardoso Farias Albuquerque <sup>4</sup>  
Luiz Arthur Pereira Saraiva <sup>5</sup>

### INTRODUÇÃO

A inclusão é um processo no Brasil que vem se moldando de uma forma positiva. O processo inicial de inclusão aconteceu de forma muito lenta na história brasileira, a integração de pessoas com necessidades especiais foi o início desse processo caracterizado pela instalação de clínicas e escolas especializadas particulares. Segundo Mantoan (2011, p. 3), a implementação da educação de pessoas com deficiência no Brasil está dividida em três grandes períodos: “De 1854 a 1956, marcado por iniciativas de caráter privado; de 1957 a 1993, definido por ações oficiais de âmbito nacional; e 1993, caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar”.

Durante várias etapas da história da educação no país, muitas leis e decretos foram elaborados, ora defendendo a inclusão dos alunos com necessidades especiais no ensino regular, ora defendendo a ideia de uma escola especial individualizada para as pessoas com algum tipo de deficiência. Atualmente, a lei mais recente em relação à educação inclusiva é a lei 13.146/2015, que aborda todos os direitos à educação, inclusão, aprendizagem e o auxílio à docência nesse processo. Entretanto, a lei ainda permanece apenas no papel em muitas escolas do Brasil; devido a isso, as discussões e críticas sobre esse tema ainda persistem.

Mediante o exposto, pretende-se, nesse artigo, conhecer as necessidades educacionais dos alunos com deficiência intelectual na escola José Tomaz de Aquino, situada em Cuitegi/PB, assim como a estrutura que a escola oferece para a educação inclusiva e fazer uma discussão de como a Geografia pode auxiliar no processo de desenvolvimento cognitivo desses alunos, utilizando como metodologia de pesquisa entrevistas com os docentes e gestora da escola.

### METODOLOGIA

O presente trabalho baseou-se em uma pesquisa qualitativa, a qual fundamentou-se em dois questionários, distribuídos a dois professores de Geografia do ensino fundamental anos finais e a gestora da Escola Municipal José Tomaz de Aquino, localizada na cidade de

<sup>1</sup>Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (DG/CH/UEPB), bolsista do Programa Residência Pedagógica – Subprojeto Geografia – Campus III (UEPB/CAPEs), [polyanabarbosa335@gmail.com](mailto:polyanabarbosa335@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduando em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (DG/CH/UEPB), bolsista do Programa Residência Pedagógica – Subprojeto Geografia – Campus III (UEPB/CAPEs), [emanuelgba2011@hotmail.com](mailto:emanuelgba2011@hotmail.com);

<sup>3</sup> Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (DG/CH/UEPB), bolsista do Programa Residência Pedagógica – Subprojeto Geografia – Campus III (UEPB/CAPEs), [paulatati74@gmail.com](mailto:paulatati74@gmail.com);

Professora Preceptora do Programa Residência Pedagógica – Subprojeto Geografia Campus III, [monica.prof2017@gmail.com](mailto:monica.prof2017@gmail.com);

<sup>5</sup>Professor orientador do Programa Residência Pedagógica – Subprojeto Geografia Campus III, [saraivaluizarthur@yahoo.com.br](mailto:saraivaluizarthur@yahoo.com.br).

Cuitegi/PB. Os questionários foram elaborados, sendo o primeiro com 3 questões e o segundo com 5 questões dissertativas, referentes à educação inclusiva na escola e a atitude dos professores de Geografia no processo de inclusão dos alunos com deficiência intelectual, levando em consideração a relevância do ensino de Geografia para o desenvolvimento cognitivo deles. Ainda objetivou-se analisar as influências e relações desses alunos no espaço escolar através das observações durante o período de atuação como bolsistas do Programa de Residência Pedagógica nessa escola.

### **A IGUALDADE NAS DIFERENÇAS: os desafios da Educação Inclusiva no Brasil**

No histórico educacional do Brasil, a diferença entre as pessoas se apresentava como dogmas: diferenças étnicas, religiosas, sociais e físicas, por exemplo, apesar de ser um país efetivamente diverso em vários aspectos. Com o passar do tempo, esses preconceitos foram se desgastando e pensamentos e visões diferentes acerca da diferença entre as pessoas foram sendo mais debatidas, envolvendo mais a sociedade nessa questão de aceitação. Celedón (2005, p.1) afirma que “hoje vivemos num mundo onde é impossível fechar os olhos a outra diferença. A diferença da igualdade. Todos nós temos o mesmo direito de ser diferentes na igualdade. Isto é, somos todos seres humanos, e como tais, iguais”. O conceito de Educação Inclusiva defende exatamente essa igualdade de direitos na educação, independente das diferenças. Segundo Batalha, a Educação Inclusiva

tem como pressuposto o paradigma educacional da ‘Escola para todos’. Assegura igualdade de oportunidades, aceita a diversidade, trabalha na heterogeneidade. É capaz de garantir vivências cotidianas para que os alunos se apropriem dos mediadores sociais para o relacionamento com a cultura. A Educação Inclusiva constituiu uma oportunidade para que uma parte significativa da população escolar não seja afastada do convívio e da riqueza que a diferença proporciona (BATALHA, 2009, p. 1068).

O ato de incluir não é sinônimo de integrar: não basta integrar alunos com alguma deficiência na escola regular e não dar a assistência necessária ou, até mesmo apenas separar uma sala exclusiva para esses alunos. Segundo Celedón,

na inclusão é a escola que abre os braços para acolher todos os alunos; na integração é o aluno que tem de se adaptar às exigências da escola. Na primeira, o fracasso escolar é de responsabilidade da escola, ou melhor, de todos (autoridades, professores, pais, alunos); na segunda, o fracasso é do aluno que não teve competência para se adaptar às regras inflexíveis da escola, que presta mais atenção aos impedimentos do que aos potenciais das crianças (CELEDÓN, 2005, p. 3).

Como foi idealizada, de acordo com as leis que estão em vigor no país, incluir na rede regular de ensino necessita um conjunto de fatores, desde a estrutura da escola à parte pedagógica e assistencial de acordo com as necessidades do aluno, entretanto, tal construção ainda se encontra em um processo. Pode-se afirmar que foi conseguido a partir das leis vigoradas no país que alunos com necessidades especiais fossem aceitos nas escolas regulares, porém não se pode afirmar que realmente se conseguiu incluir esses alunos de forma apropriada com objetivos específicos de abrir oportunidades socialmente para eles.

### **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA LEGISLAÇÃO FEDERAL BRASILEIRA**

A lei 4.024/61 foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, elaborada com o intuito de que a educação brasileira se modernizasse, como afirma Marchelli (2014, p. 1490). Essa lei apresenta uma parte onde destaca alguns direitos referentes à educação dos alunos com necessidades especiais, tratados nos escritos da lei como “excepcionais”. No artigo 88 dessa lei, tem-se que “a educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade” (BRASIL, 1961).

Durante os anos, muitas leis foram aprovadas de diferentes óticas; a lei 5.692/71 que foi a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação, elaborada no período da ditadura, e onde havia a ideia de receber esses alunos em escolas especiais, como está constatado no artigo 9º, que “os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação” (BRASIL, 1971). Na Constituição Federal de 1988, a educação inclusiva é apresentada de uma forma generalizada, incluída no direito de todos os cidadãos, como está escrito no artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A lei mais recente referente à educação básica foi aprovada em 2015, a LBI – Lei Brasileira de Inclusão (13.146/15), que trata dos direitos dessas pessoas na escola regular, garantindo condições de permanência, acesso, participação e aprendizagem com serviços e recursos ofertados pelo Estado.

## **DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E O ENSINO DE GEOGRAFIA**

A deficiência intelectual pode ser caracterizada por um atraso cognitivo. Segundo Honora; Frizanco apud Tédde (2012, p. 23), “a deficiência intelectual não é considerada uma doença ou um transtorno psiquiátrico, e sim um ou mais fatores que causam prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro”. O papel do professor, inicialmente, no processo de inclusão desses alunos é buscar conhecer o diagnóstico e entender a sua deficiência para, só então, procurar alternativas para auxiliar no seu desenvolvimento. Na disciplina de Geografia, segundo Pires; Sampaio, o aluno com deficiência intelectual

precisa ser estimulado para que possa agir livremente e ter motivação o bastante para alcançar seus objetivos desejados. Por isso, o professor de Geografia deve oferecer situações desafiadoras para esse aluno, levando-o a agir sobre o ambiente. Com esses desafios, o aluno vai construindo sua noção de espaço e tempo, estabelecendo relações de causa e efeito (PIRES; SAMPAIO, 2010, p. 192).

Para o professor, é um desafio sair de uma rotina “comum” na escola para se adaptar às condições particulares de alguns alunos em especial e, por hora, percebe-se que as dificuldades do entorno se tornam maiores que a vontade de enfrentar esse desafio. Segundo Celedón (2005, p. 7), “a inclusão é uma ruptura de base na estrutura organizacional da educação, por isso, quem mais está autorizado, no sentido de ter maior competência para realizar esse novo trabalho (desafio), somos nós professores (as)”. Existem muitos obstáculos para a efetiva Educação Inclusiva mas, ainda segundo o mesmo autor,

o maior obstáculo à inclusão parte da atitude negativa por parte de muitos pais, professores, líderes e políticos que não aceitam (ou não entendem) que os alunos precisam de liberdade para aprender do seu modo, de acordo com suas condições (particularidades), porque cada um é diferente do outro. É essa diferença que precisa ser observada e não a outra que discrimina (CELEDÓN, 2005, p. 8).

Podemos associar a inclusão escolar como um trabalho em equipe: se os membros da equipe não se mobilizam com o objetivo de contribuir para o processo, o resultado final não sai como esperado. Essa equipe inclui gestor, professores, familiares, entre outros, que precisam trabalhar em conjunto no espaço escolar para efetivar a real inclusão.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Foi possível analisar através do primeiro questionário, entregue a gestora, que a escola mediante o auxílio de projetos, vem atribuindo meios para desenvolver melhorias no contexto da educação inclusiva. Segundo a gestora, “a Secretaria de Educação também vem desenvolvendo um trabalho junto com a FUNAD, tendo em vista que o Município já ofereceu duas formações para todos os professores da Rede Municipal”. Foi questionado também sobre a dificuldade no processo de inclusão e a principal necessidade da escola para melhorar o processo de ensino/aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual, a gestora respondeu que “dificuldades sempre temos, mas buscamos ajuda e trabalhamos em parceria com os órgãos competentes como a FUNAD, psicólogos entre outros para que a inclusão aconteça de fato e de verdade em nossa escola. Porém, a escola ainda necessita de formação continuada para os professores, visando melhor capacitar e assistir nossos alunos”.

O segundo questionário foi direcionado aos professores de Geografia, sendo sondadas as relações de ensino/aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual em suas aulas e as dificuldades, estratégias e metodologias dos mesmos para efetivarem a inclusão em sala de aula. Foi respondido que existe muita dificuldade para lidar com os alunos com deficiência intelectual em sala de aula, porque entendem que não tiveram uma formação adequada para trabalhar diretamente com a deficiência desses alunos, porém, mesmo com todas as dificuldades, ainda trabalham metodologias simples para avaliar o aprendizado desses alunos, como atividades orais, observando e respeitando seu processo de desenvolvimento cognitivo. E ainda fazem um trabalho contra o preconceito e a discriminação, incentivando o respeito, companheirismo e a ajuda mútua entre todos os alunos.

Foi analisado também o espaço escolar e as influências que a educação inclusiva exerce dentro desse espaço: inicialmente, se observou a interação dos alunos com deficiência intelectual junto aos demais alunos e os professores. Com as observações, pudemos perceber que existe uma relação de respeito, ajuda e atenção por parte dos professores e demais alunos, com os alunos com deficiência intelectual, o que é muito relevante para efetivar o sentido que se dá à educação inclusiva, que tem como objetivo, a interação e aceitação de pessoas dentro do ambiente escolar independentemente da situação física ou psíquica, auxiliando o aluno com deficiência a sentir-se capaz de enfrentar suas dificuldades e sentir-se bem nesse espaço. Esse é um processo que envolve muito mais que o incentivo do governo em questões estruturais e pedagógicas, envolve também, principalmente, a participação do conjunto que envolve o espaço escolar, sendo estes: a direção, professores, pais e os próprios alunos, tornando o processo de inclusão não um peso para a escola, mas visando estabelecer na escola principalmente um sentimento de solidariedade, ética e cidadania entre todos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O espaço escolar é o início de uma jornada de conhecimentos para qualquer pessoa, e aceitar que haja uma diversidade de pessoas nesse espaço, exerce influência no caráter cidadão e ético dos alunos, dependendo de como a escola trabalha com essa diversidade. Na educação inclusiva, entende-se essa diversidade como uma forma de aceitar e respeitar o outro independente da sua diferença. As leis referentes à educação inclusiva no país, são bem claras e objetivas no seu sentido de direitos ofertados para as pessoas que têm algum tipo de deficiência física ou psíquica.

A escola tem o dever de aceitar qualquer aluno independente da sua diferença e dificuldade, entretanto, esse dever na maioria das vezes não vem acompanhado de incentivos para que se efetive realmente a inclusão na escola. Com isso, entende-se que apesar de haver leis que dão direito a efetivação da educação inclusiva, cada escola trabalha de forma diferenciada com a inclusão, levando em consideração a sua realidade que muitas vezes é totalmente escassa de uma boa estrutura, de acompanhamento especializado, de incentivo na formação dos professores, por exemplo. Na Escola José Tomaz de Aquino, percebeu-se que não existe um grande trabalho de inclusão para os alunos com deficiência intelectual, porém, mesmo com suas limitações, ainda se desenvolve um trabalho de ética e cidadania, assuntos que estão totalmente ligados à Geografia e que podem ser trabalhados em sala de aula e fora dela, podendo influenciar no crescimento social e ético de todos os alunos.

Por fim, nós residentes do Campus III Guarabira, agradecemos à CAPES que, através do Programa de Residência Pedagógica, nos deu o suporte e incentivo para adentrarmos à realidade escolar, como forma de aprendizado e experiências no processo da formação docente. Agradecemos também à direção da Escola José Tomaz de Aquino que aceitou participar desse processo, e nos acolheu, nos dando o suporte necessário e possível nessa jornada de aprendizado e a nossa Preceptora Mônica que nos acompanhou nesse processo, orientando e auxiliando em tudo, e sendo compreensiva e paciente com as nossas dificuldades, agradecemos por termos crescidos juntos no conhecimento e aprendizado do espaço escolar.

## REFERÊNCIAS

BATALHA, Denise Valduga. Um breve passeio pela política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva brasileira. **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. Curitiba, 2009, p. 1065-1077

BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 08 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei 1.4024/61**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm)>. Acesso em: 08 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei 5.692/71**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm)>. Acesso em: 08 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei 13.146/15**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato20152018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20152018/2015/lei/113146.htm)>. Acesso em: 08 out. 2019.

CELÉDON, Esteban Reyes. **Inclusão Escolar**: um desafio. Publicado em: 12 de setembro 2005, p. 1-11. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/profestebanpolanco/inclusao.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A educação especial no Brasil**: da exclusão à inclusão escolar. LEPED-Unicamp. 2011, p. 1-22. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>> Acesso em: 29 nov. 2019.

MARCHELLI, Paulo Sergio. Da LDB 4.024/61 ao debate contemporâneo sobre as Bases Curriculares Nacionais. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03, out/dez. 2014, p. 1480-1511

PIRES, Danúbia Mame de; SAMPAIO, Adriany de Ávila Melo. Estudantes com deficiência mental e o ensino de Geografia. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia. v. 11, n.36, dez/2010, p. 181-194.

TÉDDE, Samantha. **Crianças com deficiência intelectual**: a aprendizagem e a inclusão. Cap. II Deficiência. Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação). UNISAL – SP, 2012, p, 18-30.